



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: MENNO S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSP2200509969

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	013			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES
		046	1	TRANSFORMACAO

ERECHIM

Local

18 Julho 2022

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/____

Data

Responsável

NÃO ____/____/____

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.





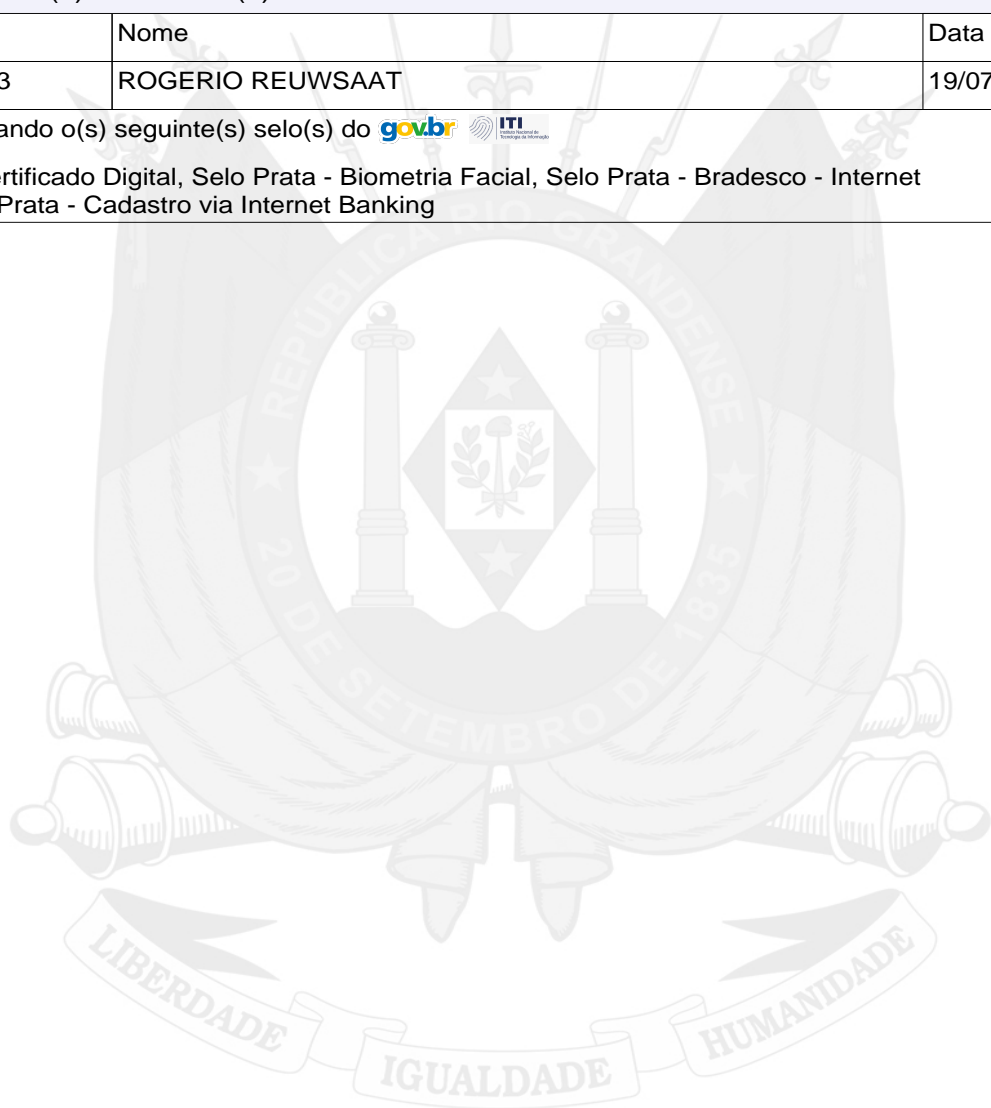
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/214.414-9	RSP2200509969	23/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSE TADEU JACOBY
SECRETARIO-GERAL

MENNO S.A.
CNPJ Nº 89.420.590/0001-15
NIRE 43200191751

ESTATUTO SOCIAL
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA

- 1. GLACI CHIARELLO REUWSAAT**, brasileira, viúva, da indústria, residente e domiciliada à Rua Rui Barbosa, nº 48, apto 101, CEP 99700-090, na cidade de Erechim/RS, portadora da CI/SSP-RS 3006056315 e do CPF/MF nº 218.101.090-00.
- 2. ROGÉRIO REUWSAAT**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, da indústria, residente e domiciliado à Rua Kennedy, nº 401, CEP 99709-780, na cidade de Erechim/RS, portador da CI/SSP-SC 14R/2.692.325 e do CPF/MF nº 354.433.590-53; e
- 3. REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede em Erechim RS, na Rua Mário Corradi, nº 209 – Fundos, Bairro São Cristóvão, CEP 99709-345, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 93.695.823/0001-60, e na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob NIRE nº 43202005271, neste ato representada por seu administrador **ROGÉRIO REUWSAAT**, já qualificado anteriormente.

Resolvem, de pleno e comum acordo, **transformar** a “**MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**”, hoje **Sociedade Limitada**, em **Sociedade Anônima**, através de elaboração de **ESTATUTO SOCIAL**, fazendo-o mediante as cláusulas e as condições abaixo dispostas:



MENNO S.A.
CNPJ Nº 89.420.590/0001-15
NIRE 43200191751

ESTATUTO SOCIAL
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA

CAPÍTULO I – TIPO, DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Cláusula 1ª – DO TIPO DA SOCIEDADE: Sob a denominação de **MENNO S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, pela transformação da sociedade limitada denominada **MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor no país.

Cláusula 2ª - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL: A sociedade girará sob a denominação social de “**MENNO S.A.**”.

Cláusula 3ª - DA SEDE: A sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul, na Rua Mário Corradi, nº 209, Bairro São Cristóvão, CEP 99709-345, podendo estabelecer filiais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais.

Cláusula 4ª - DO OBJETO SOCIAL: A sociedade tem por objeto social:

- a) Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios;
- b) Fabricação de equipamentos de informática;
- c) Fabricação de periféricos para equipamentos de informática;
- d) Fabricação de produtos para saúde ou médicos;
- e) Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório;
- f) Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
- g) Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- h) Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças;
- i) Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças;
- j) Comércio atacadista de produtos, máquinas, aparelhos e equipamentos para a saúde ou médicos;
- k) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- l) Comércio varejista de equipamentos para escritório;
- m) Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

Cláusula 5ª - DO PRAZO: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, iniciando suas atividades em 11 de abril de 1972.



CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E SUAS AÇÕES

Cláusula 6ª - O Capital Social é de R\$ 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), representado por 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.

§ 2º - Por deliberação da Assembleia Geral poderão ser criadas, a qualquer tempo, novas espécies ou classes de ações, ou aumentadas as espécies ou classes então existentes, sem guardar proporção com as demais, observado que o número de ações preferenciais não poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do número total de ações que compõem o capital social.

§ 3º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações prejudicadas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria das ações com direito a voto.

§ 4º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá de prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações com direito a voto.

§ 5º O aumento mediante capitalização de lucros ou de reservas importará alteração do valor nominal das ações ou distribuições das ações novas, correspondentes ao aumento, entre acionistas, na proporção do número de ações que possuem em cada exercício social que for encerrado, conforme artigo 169 da Lei 6.404/76.

§ 6º Os dividendos devidos aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, com relação ao resultado do exercício social em que tiverem sido subscritas, serão calculados integralmente e distribuídos às ações.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

Cláusula 7ª: Nas Reuniões da Assembleia Geral, as partes exercerão o seu direito de voto, de modo, conforme as disposições legais e deste Estatuto, em relação específica e restritivamente às seguintes matérias:

- a) Eleição dos Conselheiros de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- b) Aprovação da nomeação da Diretoria Executiva proposta pelo Conselho de Administração e da respectiva remuneração dos Conselheiros de Administração e Diretores;
- c) A apreciação e votação das contas dos administradores, dos livros e registros obrigatórios e das demonstrações financeiras, após a manifestação do Conselho de Administração;
- d) A deliberação sobre a destinação de resultados e do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver;
- e) Deliberar sobre o aumento ou redução do Capital Social e reformar o Estatuto Social e sobre a avaliação dos bens que venham a ser integralizados no Capital Social;



- f) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade.

Cláusula 8ª: A Assembleia Geral será convocada pelas pessoas previstas em Lei e conforme previsto no artigo 124 da Lei 6.404/76. Independentemente das formalidades previstas no citado artigo, a presença dos acionistas que representem a totalidade do capital social torna regular a instalação da Assembleia Geral, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por Mesa composta por Presidente e Secretário (a), escolhidos pelos acionistas presentes.

§ 1º - Não dispondo o Estatuto Social acerca de **quórum especial de deliberação**, fica estabelecido o quórum de deliberação na Assembleia Geral, correspondente a 51% do total das ações, independentemente, no caso, do número de Acionistas e/ou representantes legais presentes.

§ 2º - A convocação dos Acionistas para comparecerem nas reuniões será feita por escrito, pelo Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, onde o mesmo deverá apor o seu ciente, sendo que, na impossibilidade de ser efetuada desta forma, deverá obrigatoriamente ser através de correspondência com aviso de recebimento. A referida convocação conterà a ordem do dia a ser discutida na respectiva reunião.

§ 3º - Dispensam-se as formalidades previstas de convocação, previstas no parágrafo anterior, quando todos os Acionistas comparecerem ou se declararem por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião instalar-se-á com a presença, em primeira convocação, de Acionistas que representem 51% do total das ações, e em segunda convocação, com a presença de qualquer número.

§ 5º - Os Acionistas deverão se reunir em Assembleia Ordinária, até o 4º (quarto) mês subsequente ao término do exercício social, em local e hora previamente marcados, para deliberar sobre as contas dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e contábeis; deliberar sobre a destinação do Resultado Líquido do Exercício e demais assuntos constantes da ordem do dia, e em Reunião Extraordinária, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, ou quando convocada pelos Acionistas, respeitados os procedimentos legais.

§ 6º - Os trabalhos e deliberações da Assembleia Geral serão objetos de ata, que será lavrada e levada para registro no órgão competente.

§ 7º - Nenhum Acionista, por si ou na condição de mandatário, poderá votar em matéria que lhe diga respeito diretamente.

§ 8º - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para as reuniões da Assembleia Geral, os documentos referidos no **§ 5º** deverão ser entregues por escrito ou de forma digital, com meio de prova de recebimento, à disposição dos Acionistas que não exerçam a administração da sociedade.

§ 9º - As deliberações sociais tomadas regularmente em Reunião da Assembleia Geral vinculam todos os Acionistas, ainda que ausentes da Reunião, ou cujo os votos não tenham prevalecido.



§ 10º - A Assembleia Geral também poderá ser convocada por qualquer dos Acionistas quando retarda a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos em Lei ou neste Estatuto; ou por Acionistas titulares de 51% ou mais do total das ações, quando não atendido, no prazo de 8 (oito) dias, o pedido de convocação fundamentado, com a indicação das matérias a serem tratadas.

§ 11º A Assembleia Geral poderá ser realizada com a presença física de seus acionistas ou pela utilização de videoconferências podendo inclusive serem feitas pela rede mundial de computadores (Internet).

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Cláusula 9ª - DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO: A sociedade será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Fiscal;
- c) Diretoria.

Cláusula 10ª - A Assembleia Geral dos acionistas fixará anualmente o montante global ou individual da remuneração dos administradores, dentro do critério do art. 152 e seus parágrafos, da Lei 6.404/76.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 11ª: O Conselho de Administração será composto por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, Acionistas ou não, sendo um Presidente, dois Conselheiros sem designação específica e dois Conselheiros Externos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, a qual poderá deixar de preencher os 2 (dois) cargos de Conselheiros de Administração Externos.

§ 1º - Cada Acionista Controlador nomeará obrigatoriamente 1 (um) representante para o Conselho de Administração, sendo que este representante deverá ser aprovado por deliberação de Acionistas titulares de 51% ou mais do total das ações com direito a voto.

§ 2º - A Assembleia Geral poderá deliberar pela nomeação de mais 2 (dois) Conselheiros, denominados Conselheiros Externos, sendo que estes não poderão ter nenhum vínculo familiar ou de negócio com os Acionistas Controladores, aprovados por deliberação de Acionistas titulares de 51% ou mais do total das ações com direito a voto.

§ 3º O prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração não poderá ser superior a 3 anos, permitida a reeleição na forma da lei.

§ 4º - Os Conselheiros eleitos quando não investidos nos seus cargos em Assembleia Geral serão empossados mediante a assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.



§ 5º - Em caso de vaga em decorrência de ausência, impedimento temporário, renúncia, falecimento ou impedimento definitivo de qualquer Conselheiro representantes dos Acionistas deverá obrigatoriamente ser realizada a indicação e eleição do novo representante do Acionista pela Assembleia Geral.

§ 6º - Pelo exercício das funções de Conselheiro será atribuída remuneração pela Assembleia Geral, que fixará os valores globais, sendo a divisão entre os seus membros decidida em Reunião do próprio Conselho de Administração.

Cláusula 12ª - DAS REUNIÕES: O Conselho de Administração reunir-se-á de forma Ordinária a cada 30 (trinta) dias e de forma Extraordinária a qualquer tempo, sempre convocado por seu Presidente, ou pela maioria dos seus membros, através de carta, telegrama, fax, e-mail ou outro meio eletrônico ou não, com antecedência mínima de 03 (três) dias, onde deverá informar a data, horário, local e ordem do dia da reunião, anexando cópias dos documentos ou propostas a serem apreciadas ou discutidas.

§ 1º - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo necessária a presença de pelo menos 1 (um) conselheiro representante do Acionista Controlador e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes. Ocorrendo empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão preferencialmente realizadas na sede social da sociedade e presididas por seu Presidente, ou na ausência deste, pelo Conselheiro com maior idade dentre os membros, ou ainda, por mandatário com poderes para representá-lo, nesta ordem de preferência, e cujas deliberações serão lavradas em ata e registradas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração.

§ 3º - Qualquer Acionistas, Conselheiro Fiscal ou Diretor poderá participar das Reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto, desde que a convite de seu Presidente. Por convocação do Presidente do Conselho, também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto, funcionários, técnicos ou terceiros especialistas em qualquer assunto sob deliberação ou estudo.

Cláusula 13ª - COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Dois conselheiros, quaisquer, em conjunto, terão poderes para representar a sociedade assumindo obrigações e exercendo direitos, especialmente para:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade, atendidas diretrizes, políticas e objetivos traçados pela Assembleia Geral, ou ainda, pela administração das controladoras, quando for o caso;
- b) Eleger, avaliar, destituir e substituir os componentes da Diretoria e fixar-lhes novas atribuições na forma deste Contrato;
- c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre os atos e contratos celebrados ou em vias de celebração, e manifestar-se sobre atos e contratos que lhes sejam submetidos pela Diretoria;
- d) Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei 6.404/76;
- e) Manifestar-se sobre o relatório de auditoria quando existente, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria, apresentando-a a Assembleia Geral ou ao Conselho



- de Família da Controladora, quando for o caso;
- f) Decidir sobre casos omissos neste Estatuto, dando o encaminhamento ao órgão competente, quando for o caso;
 - g) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como indicar aos mesmos as diretrizes, normas e prazos a serem seguidos para prestações de informações;
 - h) Deliberar sobre planos estratégicos e operacionais e os relatórios de gestão apresentados pela Diretoria, tais como: planejamento orçamentário e demais relatórios gerenciais;
 - i) Aprovação do orçamento, do planejamento comercial e operacional anual da sociedade e alterações que se lhes façam, e de quaisquer investimentos em projetos de qualquer natureza não previstos nos mesmos;

§ 1º COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS DE DOIS CONSELHEIROS: Sem prejuízo das demais atribuições fixadas neste instrumento, compete exclusivamente à 2 (dois) conselheiros, quaisquer, em conjunto, os seguintes atos específicos:

- a) Deliberar quanto às condições, limites e valores relativos a:
 - 1) Aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, direitos e obrigações;
 - 2) Aquisição ou alienação de participações;
 - 3) Constituição de garantias, fianças, caução, avais, penhor mercantil ou hipotecas em operações de interesse da sociedade ou em sociedades de que participe como sócia, acionista ou cotista;
 - 4) Contratação de empréstimos e/ou financiamentos; e,
- b) Deliberar sobre a celebração de parcerias e alianças específicas com Fornecedores que cumulativamente obriguem a sociedade:
 - 1) Por tempo de contrato superior a 2 (dois) anos;
 - 2) Cujo valor total a ser pago pela sociedade durante o contrato seja superior a R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

§ 2º DA REPRESENTAÇÃO PELO DIRETOR PRESIDENTE: O Diretor Presidente terá amplos poderes para representar qualquer um dos Conselheiros para a prática dos atos descritos no *Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo da presente Cláusula*.

Cláusula 14ª - COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Sem prejuízo das demais atribuições do Conselho de Administração fixadas neste Estatuto Social, compete especialmente ao Presidente:

- a) Monitorar os trabalhos da auditoria independente;
- b) Acompanhar o processo de planejamento estratégico da empresa, controle orçamentário e demais relatórios gerenciais;
- c) Convocar a Assembleia Geral e as Reuniões do Conselho de Administração;
- d) Presidir as Reuniões do Conselho de Administração;
- e) Solicitar à Diretoria Executiva os relatórios gerenciais para análise do Conselho de Administração;
- f) Encaminhar e fazer que se cumpram as deliberações do Conselho de Administração;
- g) Delegar atribuições e responsabilidades aos membros deste Conselho e da Diretoria Executiva;
- h) Substituir o Diretor Presidente por períodos determinados a seu pedido, na sua ausência por mais de 20 (vinte) dias, e também nos casos de vacância, impedimento ou afastamento, devendo ser lavrado o respectivo Termo de Posse a ser encaminhado para deliberação do Conselho de Administração em até 10 (dez) dias da sua respectiva emissão.



CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 15ª: A Companhia não terá Conselho Fiscal Permanente, devendo a Assembleia Geral, quando apresentado pedido pelos Acionistas ou pelo Conselho de Administração, instalar o Conselho Fiscal, o qual funcionará com a competência, atribuições e deveres definidos nos artigos 163 e seguintes da Lei nº 6.404/1976.

§ 1º - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, Acionistas ou não, mas desde que não exerça direta ou indiretamente funções administrativas na empresa, exceto a de Conselheiro Consultivo, eleitos pelos Acionistas titulares de 51% ou mais do total das ações da Assembleia Geral, e cujo mandato terá validade durante o exercício social em que o Conselho for instalado, e passíveis de reeleição por períodos ilimitados.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal perceberão os honorários determinados pela Assembleia Geral que os eleger.

§ 3º - Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal exercerá as atribuições e poderes conferidos em lei, e nos casos de ausência, impedimento ou faltas, serão substituídos pelos suplentes.

§ 4º - Aos membros do Conselho Fiscal incumbem, individual ou conjuntamente, os deveres seguintes:

- I - examinar, pelo menos trimestralmente, os livros e papéis da sociedade e o estado do caixa e da carteira, devendo os administradores ou liquidantes prestar-lhes as informações solicitadas;
- II - lavrar no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal o resultado dos exames referidos no inciso I deste artigo;
- III - emitir no mesmo livro e apresentar à reunião anual dos Acionistas parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- IV - denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis à sociedade;
- V - convocar a Assembleia Geral se o Diretor Executivo retardar por mais de 30 (trinta) dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes;
- VI - praticar, durante o período da liquidação da sociedade, os atos a que se refere este artigo, tendo em vista as disposições especiais reguladoras da liquidação.

§ 5º: O Conselho Fiscal poderá escolher para assisti-lo no exame dos livros, dos balanços e das contas, contabilista legalmente habilitado, mediante remuneração aprovada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Cláusula 16ª - COMPOSIÇÃO: A diretoria será composta de no mínimo 1 (um) e no máximo 8 (oito) membros, sendo designado 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores de Área, não Acionistas, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração sob referendo da Assembleia Geral.



§ 1º - O Conselho de Administração elegerá/destituirá os membros da Diretoria Executiva determinando os cargos, como também designará suas atribuições, responsabilidades e remunerações, **com prazo de mandato de 03 (três) anos, sendo admitida a reeleição.**

§ 2º - No caso de ausência ou impedimento temporária de qualquer Diretor, suas atribuições serão, imediatamente e sem maiores formalidades, exercidas pelo Diretor Presidente.

§ 3º - No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou impedimento de quaisquer dos Diretores, que importe em redução dos membros a menos que 2 (dois), o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para exercer a função do substituído.

Cláusula 17ª - COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA: Dois diretores, quaisquer, em conjunto, ou apenas o Diretor Presidente, terão poderes para representar a sociedade assumindo obrigações e exercendo direitos, especialmente para:

- a) Exercer as atribuições e os poderes que a lei e este Estatuto lhes confere para assegurar a regular continuidade da sociedade, e de seu objeto social;
- b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas em Reuniões da Assembleia Geral, em Reuniões dos Conselhos de Administração ou Fiscal, e nas suas próprias Reuniões;
- c) Constituir e nomear procuradores em nome da sociedade, para representá-la, devendo ser específico no instrumento os atos e operações que poderão praticar, e a duração do mandato, exceto o judicial que poderá ser por prazo indeterminado;
- d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis e necessários à boa gestão e aperfeiçoamento da prática administrativa da sociedade;
- e) Manter atualizados os livros e registros contábeis, fiscais e societários exigidos pela lei e os controles gerenciais a serem apresentados quando solicitados pelo Conselho de Administração;
- f) Elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o planejamento estratégico e operacional, orçamento e relatórios gerenciais solicitados, e/ou previstos no contrato social da sociedade, com evolução mensal e revisão semestral;
- g) Dar conhecimento do andamento dos negócios em relatório mensal encaminhado ao Conselho de Administração e, comunicá-lo tempestivamente, de qualquer assunto relevante ao negócio ou a sociedade;
- h) Celebrar e assinar todos os acordos e parcerias necessárias para a regular continuidade da sociedade, dentre eles, porém sem excluir outros necessários, os Contratos de Locação e de sublocação de móveis e/ou imóveis, bem como Contratos de Prestação de Serviços em geral. Ficam, porém, excluídos da competência da Diretoria as hipóteses previstas na **Cláusula 14ª.**

§ 1º COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR PRESIDENTE: Sem prejuízo das demais atribuições fixadas neste instrumento, compete especialmente ao Diretor Presidente:

- a) Acompanhar o processo de planejamento estratégico da empresa, controle orçamentário e demais relatórios gerenciais;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- c) Representar a Diretoria Executiva nas reuniões com o Conselho de Administração e Assembleia Geral;
- d) Encaminhar e fazer que se cumpram as deliberações do Conselho de Administração;
- e) Delegar atribuições e responsabilidades aos demais membros da Diretoria Executiva.



§ 2º COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES INDIVIDUAL POR QUALQUER DIRETOR: Poderão ser praticados os seguintes atos:

- a) Assinar documentos relativos à contratação de pessoal;
- b) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais;
- c) Firmar cartas de substabelecimento/preposto para representação da sociedade em audiências decorrentes de processos judiciais;
- d) Requerer informações e/ou representar a sociedade junto às esferas municipais, estaduais e federais;
- e) Requerer informações e/ou representar a sociedade através de documentos de relacionamento junto à entidades, clientes, fornecedores, agências e bancos;
- f) Representar a sociedade através de assinatura em tabelas de frete e propostas comerciais.

CAPÍTULO VIII – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, LUCROS E DIVIDENDOS

Cláusula 18ª - EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO: O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, iniciando-se no dia 1º (primeiro) de janeiro e terminando no dia 31 (trinta e um) de dezembro, data em que será levantado balanço geral anual, observadas as disposições legais vigentes.

Cláusula 19ª - LUCROS OU PREJUÍZOS: Ao término de cada exercício social, em 31 (trinta e um) de dezembro, os Administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

§ 1º - A sociedade deliberará, em Reunião da Assembleia Geral devidamente convocada para este fim, a respeito da distribuição dos resultados positivos ou negativos, e da remuneração do trabalho e do Capital próprio, proporcional ou desproporcional aos seus percentuais de participação no Total de Ações.

§ 2º - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o Total de Ações.

§ 3º - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelas reservas de lucros, sendo a reserva de lucros a realizar e a reserva legal as últimas a serem utilizadas, nessa ordem.

§ 4º - Do Resultado do Exercício, antes de qualquer destinação, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

CAPÍTULO VIX – DEMAIS DISPOSIÇÕES

Cláusula 20ª - DA INDIVISIBILIDADE E CESSÃO DE AÇÕES: As ações da sociedade são indivisíveis e não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas, sob qualquer título, a terceiros sem o consentimento dos demais Acionistas, os quais ficam assegurados o direito de igualdade e condições.



Cláusula 21ª - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

Cláusula 22ª - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA: Em caso de retirada de um dos Acionistas, a sociedade não se dissolverá. O Acionista que pretender alienar, no todo ou em parte, suas ações, deverá comunicar a sua intenção, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias aos demais Acionistas, mencionando, em caso de venda ou alienação, preços e condições do negócio.

§ 1º A referida oferta deverá ser em condições semelhantes àquela ofertada à terceiros e poderá vir a ser acompanhada de um laudo de avaliação feito por uma empresa independente de auditoria, mencionando o valor da oferta como referência de negociação, para efeitos de contagem dos prazos a seguir mencionados, suportados os custos pelo Acionista ofertante.

§ 2º Caso os Acionistas não cheguem a um consenso do valor da referida negociação, poderão ser contratados laudos adicionais de avaliação feito por uma empresa independente de auditoria, sendo suportado os custos deste novo laudo pela própria companhia.

§ 3º - Os demais Acionistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, da data do recebimento da comunicação referida no **caput desta Cláusula**, para manifestação sobre o interesse de exercício do direito de preferência.

§ 4º - Havendo interesse de mais de um Acionista na aquisição das ações oferecidas, estas serão rateadas proporcionalmente à participação de cada uma no Total de Ações dos Acionistas ou, de acordo com as proporcionalidades ajustadas entre os optantes Acionistas adquirentes.

§ 5º - Para as deliberações tomadas com atendimento ao número mínimo de $\frac{2}{3}$ (dois terços) de representantes do Total de Ações da sociedade, onde a legislação exija quórum de deliberação superior, deixa-se expresso que se aplica o previsto neste Estatuto Social, para fins de execução da respectiva deliberação majoritária, sem prejuízo de sua aplicabilidade em todas as matérias disciplinadas neste Estatuto.

Cláusula 23ª - Em não sendo aceito o ingresso de Terceiros Promitentes Adquirentes de Participações Societárias ao convívio social, levantar-se-á balanço especial na data da ocorrência do fato que enseja a alteração da titularidade das Ações, para que se faça a averiguação dos haveres do Acionista Alienante, caso o mesmo venha a se retirar.

§ 1º - Será condição prévia de qualquer transferência das ações, contempladas neste Capítulo, a adesão do novo Acionista, por escrito, às obrigações, critérios e diretrizes ajustadas neste Estatuto.

§ 2º - Os haveres serão apurados considerados os critérios estabelecidos na **Cláusula 25ª**.

Cláusula 24ª - DA EXCLUSÃO POR JUSTA CAUSA: Os Acionistas poderão excluir Acionista, por justa causa, mediante a deliberação de Acionistas titulares de 51% ou mais do total das ações com



direito a voto, em Reunião da Assembleia Geral, previamente convocada para esta finalidade, com o mínimo de 10 (dez) dias de antecedência, sendo outorgado o direito de defesa ao Acionista. A decisão de exclusão do Acionista deverá ser concretizada, mediante reforma do Estatuto Social.

§ 1º - Além dos casos previstos em Lei, considera-se justa causa para exclusão de Acionista as seguintes condutas:

- a) Prática de atos atentatórios ao estabelecido no presente Contrato Social e atos atentatórios contra Acordo de Quotistas arquivado na sede da sociedade;*
- b) Quebra da affectio societatis, como sendo o dissenso grave entre os sócios e a consequente impossibilidade de executar o objeto social da empresa;*
- c) Concorrer, direta ou indiretamente, com a sociedade, controladas ou coligadas;*
- d) Concorrer, direta ou indiretamente, com sociedades nas quais a sociedade tenha participação societária;*
- e) Ter seu nome negativado em sistemas de proteção de crédito, caso o sócio não sane a falta em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação feita pela sociedade;*
- f) Ter títulos protestados por falta de pagamento, caso o sócio não sane a falta em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação feita pela sociedade;*
- g) Praticar atos societários que contrariem expressa norma disposta em lei ou neste contrato social;*
- h) Revelar, a terceiros, informações empresariais sigilosas e confidenciais da sociedade, de suas controladas ou coligadas;*
- i) Prestar a Sócia, fiança, aval em nome próprio em favor de terceiros;*
- j) Cometer crime contra o patrimônio, apurada por processo penal próprio, independente do trânsito em julgado da decisão condenatória;*
- k) Pela penhora, arresto ou sequestro das quotas sociais da quotista, em virtude de obrigação estranha a atividade da empresa;*
- l) Pela declaração de falência ou concordata;*
- m) Por abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociais, ou fuga ao cumprimento de dever inerente a sua condição de quotista;*
- n) Retirar-se ou alienar no todo ou em parte, sem a devida comunicação, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias às demais Sócias;*
- o) Demais atos de inegável gravidade ou que coloquem em risco a continuidade da sociedade ou a unidade patrimonial ou familiar.*

§ 2º - Em havendo exclusão por justa causa, os haveres do Acionista excluído serão pagos segundo as **Cláusula 24ª - Apuração e Pagamento de Haveres**, porém duplicados os prazos de carência e de pagamento, devendo-se aplicar os índices de correção monetária referente ao INPC-IBGE, ou outro índice que vier legalmente a substituí-lo, sem direito a juros.

§ 3º - Para as deliberações tomadas com atendimento ao número mínimo de metade mais um do Total de Ações da Sociedade, onde a legislação exija quórum de deliberação superior, deixa-se expresso em havendo Acionistas dissidentes das deliberações tomadas em reunião, estas deverão privilegiar e render-se à decisão majoritária, de modo que, em sendo exigido *quorum* mínimo legal para a execução da deliberação majoritária que for tomada, assumem os referidos Acionistas vencidos, a obrigação de fazer, consistente em votar com a maioria no âmbito da Assembleia Geral, assinando os documentos pertinentes, para fins de execução, seja perante o Departamento Nacional de Registro Comércio - DNRC, seja perante



outros órgãos pertinentes, da deliberação tomada, sob pena de incidência em justa causa para a exclusão societária e/ou submissão à demanda judicial de cumprimento de obrigação de fazer com cominação de multa, nos termos da legislação civil e processual vigente.

Cláusula 25ª - APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES: Havendo, exclusão, retirada ou reembolso de algum Acionista, a apuração de seus haveres será realizada pelo valor do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado com base em Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras levantadas especialmente para este fim, atualizado com data do último dia do mês anterior à data do evento.

Parágrafo Único - Considera-se como data do evento, a data da notificação feita por Acionista dissidente de alteração estatutária; a data de requerimento do Acionista retirante voluntário pelo fim da afeição societária; a data da Reunião da Assembleia Geral que excluir Acionista nos termos deste Estatuto; ou a data de qualquer outro evento que dê causa a apuração de haveres, como a data de sentença em processo de execução.

Cláusula 26ª - Os haveres do Acionista serão pagos em até 120 (cento e vinte) meses, em parcelas mensais, iguais e consecutivas, corrigidas anualmente com base nos índices de variação do INPC-IBGE, ou outro índice que vier legalmente a substituí-lo, vencendo a primeira parcela em 90 (noventa) dias após o deferimento de arquivamento da alteração Estatutária que formalizar a retirada.

§ 1º - A Sociedade **MENNO S.A.**, por deliberação de metade mais um dos Acionistas, poderá adquirir as Ações e mantê-las sob titularidade do alienante pelo prazo máximo de seis meses, quando deverá então recompor a pluralidade social, sob pena de diminuição do Total de Ações ou de dissolução da sociedade, se existir somente um Acionista remanescente (art. 206, da Lei 6.404/76). Esta opção somente será válida, se a Sociedade **MENNO S.A.** dispuser de recursos (Reserva de Lucros ou Capital) suficientes para satisfazer os direitos do Acionista que se despede, sem afetar a integralidade do Total de Ações.

§ 2º - Caso a Sociedade **MENNO S.A.** não tenha interesse na aquisição das ações da Acionista retirante ou excluído, ou esteja legalmente impedida para tanto, poderão todos ou parte dos Acionistas remanescentes adquiri-las, na proporção de suas Ações, em igualdade de condições, pactuando entre si a forma de pagamento.

§ 3º - Será ineficaz em relação a Sociedade **MENNO S.A.**, a cessão ou transferência de Ações feitas com infração às regras estabelecidas nesse Estatuto.

§ 4º - As ações e todos os direitos a elas inerentes são declaradas impenhoráveis e não sujeitas a execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares.

Cláusula 27ª - DO FALECIMENTO DE ACIONISTA: Em havendo Acionista pessoa física admitido ao convívio social, em caso de falecimento deste, o Acionista falecido será substituído pelo seu cônjuge, ou por apenas um dos seus herdeiros, eleitos por todos eles, que representará os demais na sociedade, assegurado idênticos direitos e obrigações sociais dos demais Acionistas, nos termos do art. 1.028, I, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).



Cláusula 28ª - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL: Em caso de aumento do Capital, terão preferência os Acionistas para subscrição em igualdade de condições e na proporção exata das ações que possuírem.

Parágrafo Único - O direito de preferência para aumento do Capital não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, sem o prévio consentimento expresso dos demais Acionistas.

Cláusula 29ª - REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL: A Assembleia Geral poderá deliberar a redução do Capital Social, se houver perda, até o montante dos prejuízos acumulados, ou ainda se os Acionistas julgarem o seu valor excessivo em relação ao objeto social.

Parágrafo Único - Em caso de diminuição do Total de Ações, esta será proporcional e igual a cada Ação, independentemente da causa de sua diminuição.

Cláusula 30ª - DO DIREITO DE RECESSO OU RETIRADA: O Acionista que discordar das deliberações societárias poderá retirar-se da sociedade, recebendo suas Ações e lucros de conformidade com que estabelece este Estatuto Social para a apuração e pagamento de haveres, descritos na **Cláusula 25ª - Apuração e Pagamento de Haveres**.

Cláusula 31ª - DA RETIRADA DO “PRÓ-LABORE”: Pelos serviços prestados a sociedade, os Acionistas Administradores ou os Administradores não Acionistas nomeados, de comum acordo, poderão fixar uma remuneração mensal a título de pró-labore e cuja quantia será retirada mensalmente pelos administradores nomeados, observada as disposições regulamentares e legais pertinentes.

Cláusula 32ª - A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente existentes e registrados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral e abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos.

Cláusula 33ª - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei nº 6.404/76, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir.

Cláusula 34ª - FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir as questões que possam se originar do presente instrumento.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento de Transformação em Estatuto Social, em 1 (uma) via, para que produza os efeitos legais.

Erechim, em 19 de maio de 2022.

ACIONISTAS:

MENNO S.A. - CNPJ Nº 89.420.590/0001-15 - NIRE 43200191751

14/15



GLACI CHIARELLO REUWSAAT
CPF 218.101.090-00

ROGÉRIO REUWSAAT
CPF-354.433.590-53

REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 89.420.590/0001-15
ROGÉRIO REUWSAAT - ADMINISTRADOR

Advogado

MENNO S.A. - CNPJ Nº 89.420.590/0001-15 - NIRE 43200191751

15/15



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022.
Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse
<http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e
assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 17/33



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

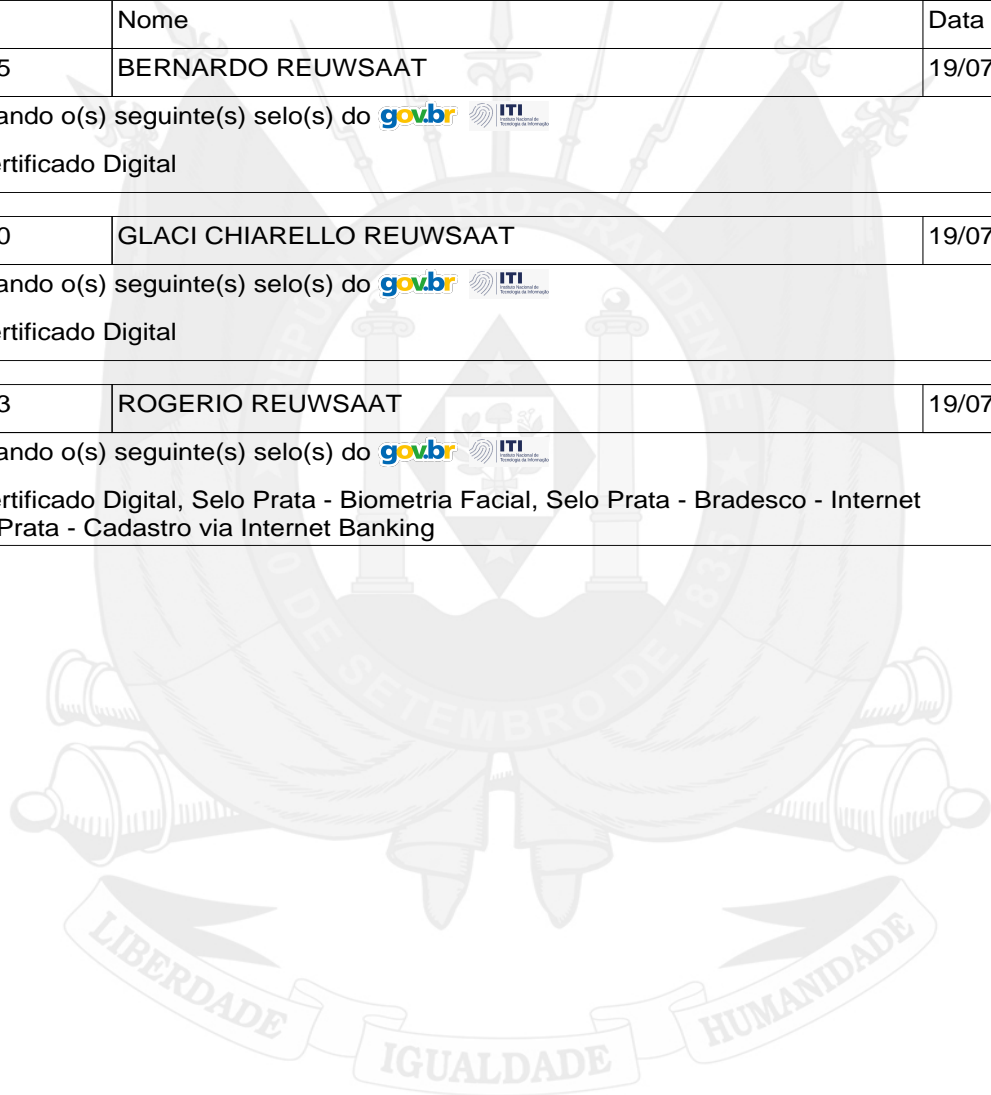
Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/214.414-9	RSP2200509969	23/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital		

218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital		

354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

ATA DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA
Razão Social: **MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**
CNPJ: 89.420.590/0001-15

Ata de Assembleia Geral de Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima, realizada em 22 de dezembro de 2021.

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2021, na sede da sociedade empresária limitada **MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, com sede na Rua Mário Corradi, nº 209, Bairro São Cristóvão, CEP 99709-345, Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se as seguintes pessoas:

(1) GLACI CHIARELLO REUWSAAT, brasileira, viúva, da indústria, residente e domiciliada à Rua Rui Barbosa, nº 48, apto 101, CEP 99700-090, na cidade de Erechim/RS, portadora da CI/SSP-RS 3006056315 e do CPF/MF nº 218.101.090-00.

(2) ROGÉRIO REUWSAAT, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, da indústria, residente e domiciliado à Rua Kennedy, nº 401, no bairro Aeroporto, CEP 99709-780, na cidade de Erechim/RS, portador da CI/SSP-SC 14R/2.692.325 e do CPF/MF nº 354.433.590-53; e

(3) REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., com sede em Erechim RS, na Rua Mário Corradi, nº 209 – Fundos, Bairro São Cristóvão, CEP 99709-345, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 93.695.823/0001-60, e na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob NIRE nº 43202005271, neste ato representada por seu administrador **ROGÉRIO REUWSAAT**, já qualificado anteriormente.

Para presidir a reunião foi eleito, por aclamação, a Sra. **GLACI CHIARELLO REUWSAAT**, que aceitando a incumbência, convidou a mim, **ROGÉRIO REUWSAAT**, para secretariá-la, assim se constituindo a mesa dando-se início aos trabalhos. Inicialmente declarou a presidente:

a) Que **GLACI CHIARELLO REUWSAAT**, **ROGÉRIO REUWSAAT** e **REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.** são as únicas componentes da sociedade limitada que gira nesta praça, sob a denominação de **MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**, cujo contrato foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Rio Grande do Sul, sob NIRE 43200191751 em sessão de 11/04/1972, CNPJ nº 89.420.590/0001-15, com o capital registrado e integralizado de R\$ 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais) constituído por 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, pertencendo a cada um dos sócios:

Sócios:	Nº de Ordinárias	Valor total subscrito
---------	------------------	-----------------------



	Subscritas	(em reais)
GLACI CHIARELLO REUWSAAT	1.878.400	R\$ 1.878.400,00
ROGÉRIO REUWSAAT	23.480	R\$ 23.480,00
REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	446.120	R\$ 446.120,00
Total	2.348.000	R\$ 2.348.000,00

b) que a subscrição feita se subordina à imposição constante do artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), tornando-se cada sócio responsável pela totalidade do capital social;

c) que o objeto social continuará o mesmo, isto é:

- I. Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios;
- II. Fabricação de equipamentos de informática;
- III. Fabricação de periféricos para equipamentos de informática;
- IV. Fabricação de produtos para saúde ou médicos;
- V. Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório;
- VI. Instalação de máquinas e equipamentos industriais;
- VII. Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- VIII. Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças;
- IX. Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças;
- X. Comércio atacadista de produtos, máquinas, aparelhos e equipamentos para a saúde ou médicos;
- XI. Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- XII. Comércio varejista de equipamentos para escritório;
- XIII. Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

d) que as filiais abaixo relacionadas permanecerão ativas e com atividades operacionais exercidas em caráter de normalidade:

- **Filial nº 01** tem sua sede CNPJ nº 89.420.590/0007-00 e na JUCESP NIRE 3590587399-7, localizada em Louveira SP, na Rua Wagner Luiz Bevilacqua n.º 525 Parte A1314 – Bairro Leitão, CEP: 13290-000,
- **Filial nº 02** tem sua sede na cidade de Brusque SC, na Rodovia Ivo Silveira SC 411 KM 1 n.º 7.970 Armazém 2 – Bairro Bateas, CEP: 88355-201,



e) A seguir, a Sra. Presidente, após os esclarecimentos necessários, propôs a transformação da sociedade limitada, que tem girado nesta Capital sob a denominação de “**MENNO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**”, em sociedade anônima, passando a denominar-se “**MENNO S.A.**”, continuando a sociedade com o mesmo objetivo social, tudo de modo a não haver solução de continuidade nos negócios ora em curso mantendo a nova firma todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da sociedade ora transformada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/1976, sendo a proposta unanimemente aprovada e decidindo-se também que o capital da sociedade anônima continuará sendo R\$ 2.348.000,00 (dois milhões e trezentos e quarenta e oito mil reais), constituído por 2.348.000 (dois milhões e trezentos e quarenta e oito mil reais) ações no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas na exata proporção do valor das respectivas quotas, consoante boletim de subscrição anexo, emitindo-se oportunamente as ações representativas. Outrossim, por se encontrar o capital inteiramente realizado, foi esclarecido estar a sociedade anônima dispensada de efetuar o depósito previsto no número III do artigo 80 da Lei nº 6.404/1976.

e) Passando-se à eleição dos diretores, foi escolhido para o cargo de Diretor Presidente o Sr. **BERNARDO REUWSAAT**, brasileiro, natural de Erechim RS, solteiro, maior e capaz, nascido em 04/04/1994, empresário, com residência e domicílio em Erechim RS, sito a Rua Carlos Kehlers n.º 221, apto 202, Centro, CEP: 99700-400, CI SSP/RS nº 1084683653 e CPF nº. 028.768.730-95, permanecendo os outros cargos de Diretoria vacantes.

Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas e outros presentes, que a subscrevem.

Erechim/RS, 19 de maio de 2022.

GLACI CHIARELLO REUWSAAT
Presidente da Mesa

ROGÉRIO REUWSAAT
Secretária da Mesa



BERNARDO REUWSAAT
Diretor Presidente

JONAS MARIANO RICOBELLO SILVA
OAB/SP 269892
Advogado



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/214.414-9	RSP2200509969	23/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022

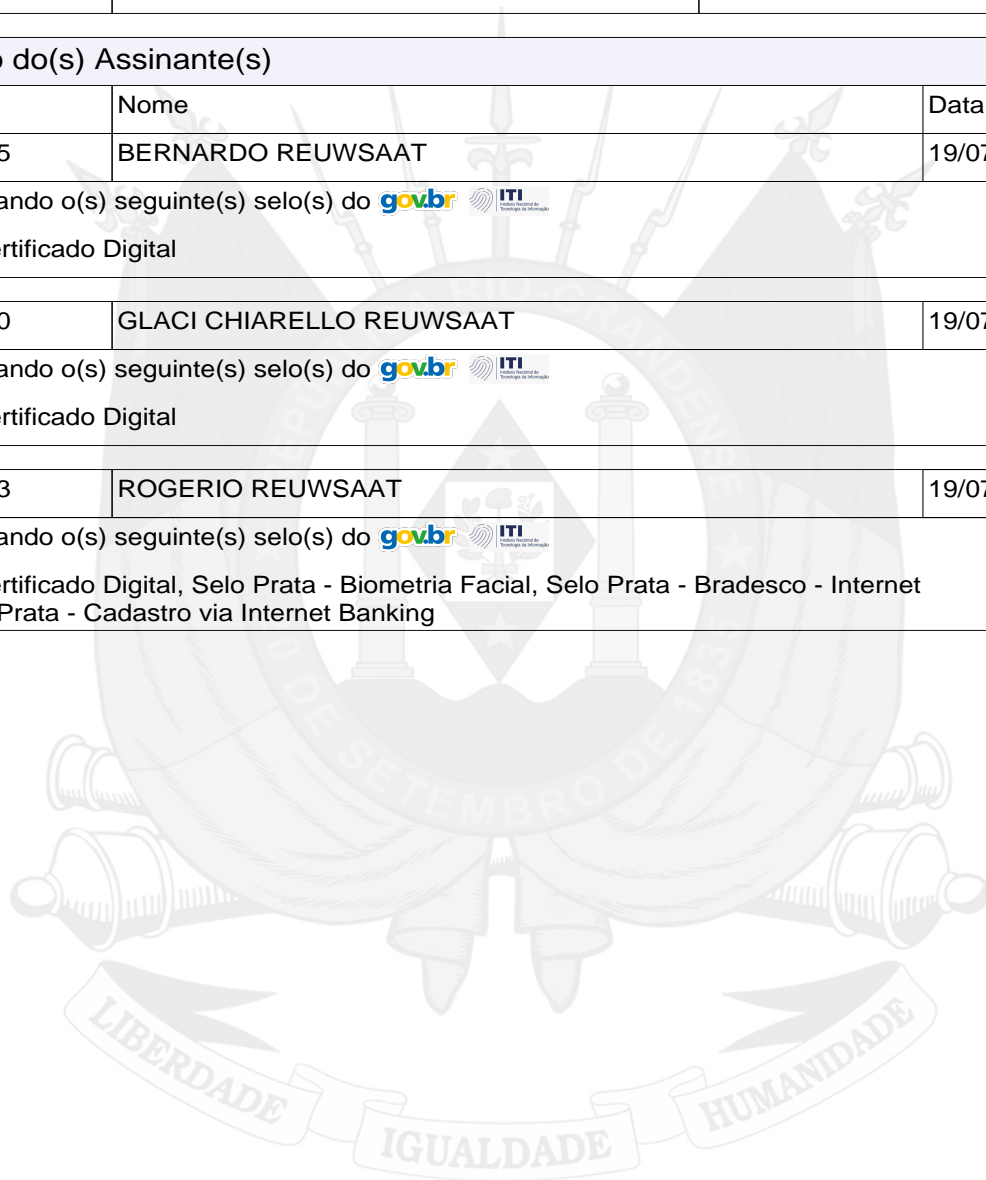
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
----------------	--------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
----------------	------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Lista de Subscritores de Ações:

"MENNO S/A".

ACIONISTAS SUBSCRITORES:

- GLACI CHIARELLO REUWSAAT**, brasileira, viúva, da indústria, residente e domiciliada à Rua Rui Barbosa, nº 48, apto 101, CEP 99700-090, na cidade de Erechim/RS, portadora da CI/SSP-RS 3006056315 e do CPF/MF nº 218.101.090-00.
- ROGÉRIO REUWSAAT**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, da indústria, residente e domiciliado à Rua Kennedy, nº 401, CEP 99709-780, na cidade de Erechim/RS, portador da CI/SSP-SC 14R/2.692.325 e do CPF/MF nº 354.433.590-53; e
- REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede em Erechim RS, na Rua Mário Corradi, nº 209 – Fundos, Bairro São Cristóvão, CEP 99709-345, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 93.695.823/0001-60, e na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob NIRE nº 43202005271, neste ato representada por seu administrador **ROGÉRIO REUWSAAT**, já qualificado anteriormente.

Acionistas Subscritores	Nº de Ordinárias Subscritas	Valor total subscrito (em reais)
GLACI CHIARELLO REUWSAAT	1.878.400,00	R\$ 1.878.400,00
ROGÉRIO REUWSAAT	23.480,00	R\$ 23.480,00
REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	446.120,00	R\$ 446.120,00
Total	2.348.000,00	R\$ 2.348.000,00

Erechim/RS, 19 de maio DE 2022.

Acionista Subscritor - GLACI CHIARELLO REUWSAAT

Acionista Subscritor - ROGÉRIO REUWSAAT

Acionista Subscritor - REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

representada pelo titular **ROGÉRIO REUWSAAT**



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022.

Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse

<http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e

assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/214.414-9	RSP2200509969	23/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022

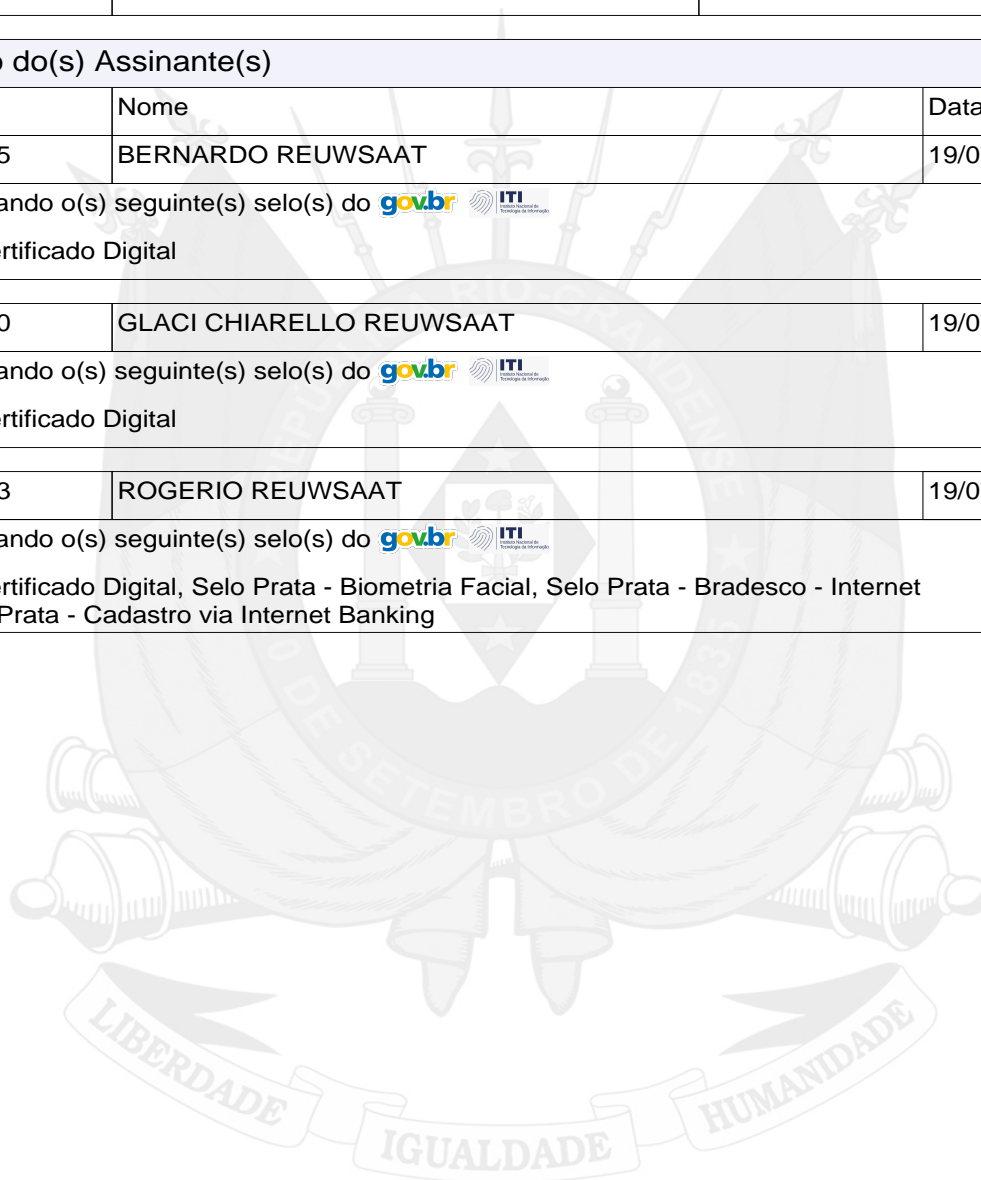
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
----------------	--------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
----------------	------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4330069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 8942059000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO GERAL

LISTA DE PRESENÇA DE MENNO S/A

ERECHIM/RS, 19 DE MAIO DE 2022.

NOME	ASSINATURA
GLACI CHIARELLO REUWSAAT	
ROGÉRIO REUWSAAT	
REUWSAAT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. representada pelo titular ROGÉRIO REUWSAAT	
BERNARDO REUWSAAT diretor presidente	



TERMO DE POSSE - DIRETORIA

ERECHIM/RS, 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

NOME	ASSINATURA
BERNARDO REUWSAAT diretor presidente	



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/214.414-9	RSP2200509969	23/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022

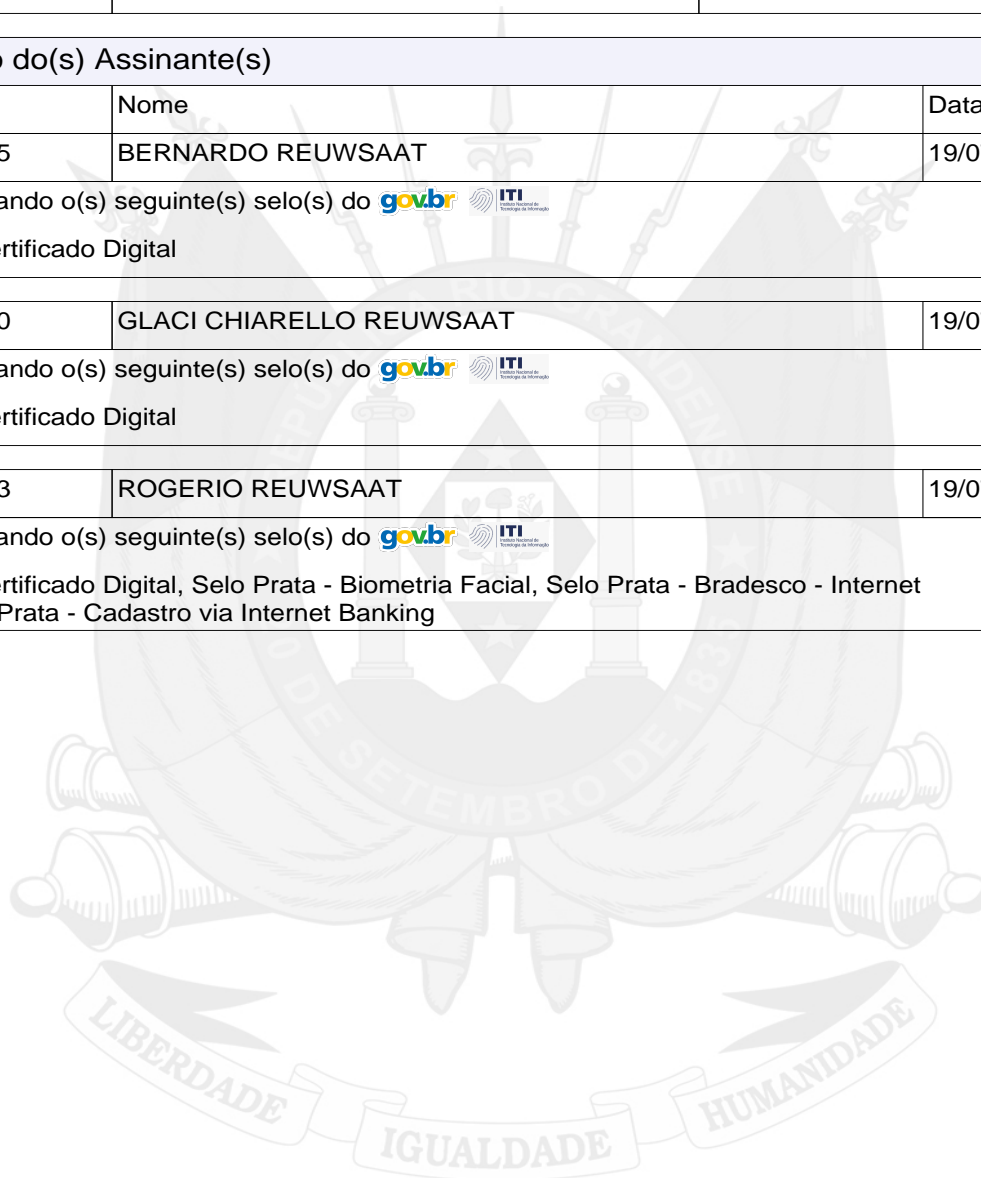
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
----------------	--------------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital

354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
----------------	------------------	------------

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 4330069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 8942059000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO GERAL





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL







Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MENNO S.A., de CNPJ 89.420.590/0001-15 e protocolado sob o número 22/214.414-9 em 06/07/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 43300069061, em 26/07/2022. O ato foi deferido eletronicamente pela TURMA 3 DE VOGAIS.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		









A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/validacao) informando o número do protocolo 22/214.414-9.











TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		









A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 22/214.414-9.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
218.101.090-00	GLACI CHIARELLO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		
354.433.590-53	ROGERIO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Bradesco - Internet Banking, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		
028.768.730-95	BERNARDO REUWSAAT	19/07/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Termo de Autenticação

Assinante(s)	
CPF	Nome
967.009.200-00	Juliano Bragatto Abadie
936.057.140-72	Marcelo Ahrends Maraninchi
425.316.750-00	Angelo Santos Coelho

Porto Alegre, terça-feira, 26 de julho de 2022

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 26/07/2022



Documento assinado eletronicamente por Marcelo Ahrends Maraninchi em 26/07/2022, às 12:04.



Documento assinado eletronicamente por Juliano Bragatto Abadie em 26/07/2022, às 12:04.



Documento assinado eletronicamente por Angelo Santos Coelho em 26/07/2022, às 12:04.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 22/214.414-9.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento assinado eletronicamente por 3ª Turma em 26/07/2022, às 12:04.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 22/214.414-9.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. terça-feira, 26 de julho de 2022



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43300069061 em 26/07/2022 da Empresa MENNO S.A., CNPJ 89420590000115 e protocolo 222144149 - 06/07/2022. Autenticação: 8B86352E71FF7F1B0826FD22751A9A35D3D26E2. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 22/214.414-9 e o código de segurança YBcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/07/2022 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.